

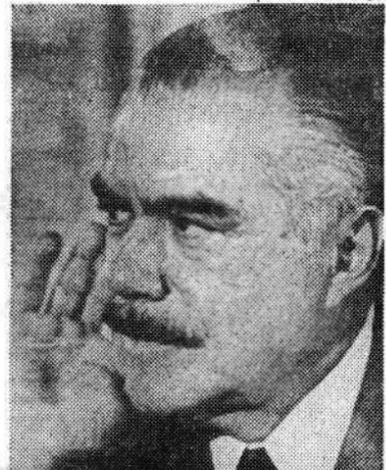
Sarney decide pedir voto contra o parlamentarismo

BRASÍLIA — O presidente José Sarney vai comandar pessoalmente uma ofensiva junto ao Congresso para evitar a implantação de um regime parlamentarista no país, porque não aceita dividir seus poderes com um primeiro-ministro. Foi o que Sarney disse ao deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara. Segundo Lourenço, o presidente vai receber deputados e senadores "para convencê-los a apoiar o presidencialismo".

Prevista desde os primeiros esboços da futura Constituição, a fórmula atual de parlamentarismo que vem sendo discutida no Congresso, inspirada no sistema alemão, é a do deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização. O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, que também esteve com o presidente José Sarney, atacou a proposta de Cabral: "É um retrocesso".

A proposta de Cabral, segundo Sant'Anna, aproxima-se do sistema parlamentar clássico, uma fórmula já derrotada nas primeiras negociações para se fazer a futura Constituição. Ao lado de José Lourenço, o deputado Sant'Anna será um dos principais auxiliares do presidente na luta para derrotar fórmulas parlamenta-

Arquivo — 20/8/87



Sarney: como Figueiredo

ristas. Lourenço disse ao presidente que a maioria dos 93 membros da Comissão de Sistematização é contrária à mudança do sistema de governo.

Lista — Cauteloso, Sant'Anna não quis antecipar uma vitória dos presidencialistas. Lourenço disse que vai levar a Sarney uma lista de parlamentares a serem convencidos a apoiar o desejo do presidente de derrotar o parlamentarismo.

O líder do governo prefere negociar. Acha, por exemplo, que o ponto de partida para a negociação deve ser a proposta parlamentarista inicialmente aprovada na Comissão de Organização dos Poderes da Constituinte. Segundo ele, por esta proposta o presidente da República detém a titularidade do governo porque pode dissolver o Conselho de Ministros e demitir o primeiro-ministro, em momentos de crise.

Nenhum dos dois deputados que conversaram com Sarney ontem, no primeiro dia de luta do presidente para vencer a tendência parlamentarista, aceita, contudo, uma mudança do sistema de governo ainda durante o mandato de Sarney. "Uma mudança agora não será assimilada pelo presidente Sarney. Ele não quer parlamentarismo algum", repetiu José

Arquivo — 3/8/87



Sant'Anna: retrocesso

Lourenço. O deputado Carlos Sant'Anna ironizou: "Parlamentarismo só para o futuro presidente, que vai, segundo a Constituição atual, ser eleito por maioria absoluta dos votos. Como um presidente com milhões de votos aceitará dividir o poder com um de nós do Congresso?", perguntou.

Disponibilidade — Para receber os parlamentares e influir nos princípios da futura Constituição o presidente José Sarney está disposto a mudar sua programação diária. O deputado José Lourenço contou que Sarney vai se dedicar *full time* às audiências com parlamentares. Ontem, o presidente já deixou claros em sua agenda. Foi cancelada uma audiência com o ministro da Educação, Jorge Bornhausen, que iria apresentar ao presidente todo o esquema para a construção e ampliação de escolas técnicas.

A tática de receber deputados e senadores para mudar tendências no Congresso foi usada por todos os presidentes da República. O antecessor de Sarney, João Figueiredo, trabalhou intensamente junto ao seu partido — PDS — para convencer seus integrantes a votar contra a emenda que previa eleições diretas para a Presidência em 1984.

Arquivo — 24/3/87



Lourenço: convencimento

Ulysses perde o rumo na Câmara

Os amplos corredores da Câmara dos Deputados de vez em quando conspiram contra o presidente da casa, deputado Ulysses Guimarães. Capaz de traçar os rumos do PMDB, da Constituinte e da Câmara, as três entidades que preside — além de, eventualmente, a República —, Ulysses às vezes não consegue traçar o próprio rumo. Ontem, depois que, no entusiasmo de uma entrevista, afastou-se do caminho que sempre faz, acabou por perder-se no emaranhado dos corredores, sem conseguir encontrar o plenário da Constituinte. E só conseguiu com a ajuda de um assessor — que o havia deixado para trás supondo que Ulysses, frequentador do Congresso há 25 anos e considerado um dos políticos mais experimentados e ardilosos do país, soubesse o caminho.

Úlcera — O projeto sobre a adoção do parlamentarismo que será objeto de negociação custou noites em claro à Comissão de Organização dos Poderes, uma úlcera ao senador José Fogaça (PMDB-RS) e um início de estafa ao deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE). Depois de madrugadas de negociações nas salas do Prodasen (Serviço de Processamento de Dados do Senado), chegou-se a uma versão aceita por todos os grupos. Para isso, foi preciso primeiro chegar a um entendimento sobre a situação dos ministros militares num regime de gabinete. Na opinião do Planalto, eles não deviam ficar sujeitos às moções de censura do Parlamento. Decidiu-se que não haveria moções individuais de censura.

Lideranças do PFL levam susto de avião

BRASÍLIA — O jatinho em que viajavam o senador Marco Maciel e outros líderes nacionais do PFL fez um pouso de emergência sábado à tarde, no aeroporto de Fortaleza, depois que suas duas turbinas deixaram de funcionar em pleno voo. Com Maciel estavam o líder do partido no Senado, Carlos Chiarelli, o deputado Lúcio Alcântara, o ex-governador Aduauto Bezerra e o ex-ministro Paulo Lustosa.

Maciel voltava de Tauá, no interior do Estado, onde estivera dando posse a novos diretórios municipais do PFL e arregimentando filiações para o partido. Quando faltavam alguns minutos para pousar em Fortaleza, as duas turbinas do jatinho entraram em pane e deixaram de funcionar. O jeito foi chegar planando até o aeroporto. Carros do Corpo de Bombeiros e ambulâncias acompanharam a descida do avião pela pista. Depois do pouso, sem acidentes, todos seguiram para Brasília em avião de carreira.

Jânio se diz fraco, sem sono e inapetente

SÃO PAULO — "Fraqueza crescente", "inapetência total" e uma insônia que o impede de dormir, mesmo quando quer "sonhar com anjos" — esses são os males que afligem o prefeito Jânio Quadros, conforme ele próprio revelou, ao falar sobre os exames médicos a que se submeteu sexta-feira e sábado passados, e que prossegue hoje.

"Estou, como você pode verificar, ainda vivo", brincou Jânio, na cerimônia de entrega de 25 ônibus — vermelhos, como os de Londres, cidade paixão do prefeito — à CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos), empresa da prefeitura.

Jânio, que tantas vezes lamentou ter sido eleito, disse que já não encara a prefeitura como o mais pesado dos fardos. "Há outros mais pesados: a Presidência da República, o governo do estado. Já os experimentei, até com êxito. Sem falsa modéstia, devo ter sido um dos melhores governadores que São Paulo já teve. Vou ser um dos melhores prefeitos que São Paulo já viu", prometeu.

O prefeito prossegue hoje a série de exames iniciada na sexta-feira passada, no Hospital Alvorada.

Óbice — O ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire, acha que a proposta de reforma agrária que prevê a imissão na posse da terra só depois de um pronunciamento da Justiça, que teria o prazo de 90 dias para se pronunciar sobre uma desapropriação, será, se aprovada, "um óbice (obstáculo) à execução da reforma agrária". Freire disse que, de acordo com o ponto de vista de seu ministério, a imissão na posse da terra é automática tão logo publicado o decreto de desapropriação e depositado o valor das terras. Se for aprovada a proposta dos 90 dias de prazo, Freire acha que qualquer reestruturação fundiária ficará mais lenta, o que ele considera "lamentável".

PTB — Ao lançar a candidatura do deputado federal Elias Murad, o PTB desencadeou o processo sucessório em Belo Horizonte, onde já há dois outros candidatos, embora não declarados: os deputados Pimenta da Veiga, dissidente do PMDB, e Virgílio Guimarães, do PT. O governador Newton Cardoso, de posse de uma pesquisa que mostra a inclinação do eleitorado do PMDB, já anunciou que vai lançar candidato à sucessão do prefeito Sérgio Ferrara, mas não manifestou preferência — apenas o veto a Pimenta: "O Pimenta é da oposição", disse. Elias Murad fez seu primeiro comício ontem de manhã, durante homenagem ao ex-presidente Getúlio Vargas, na Praça 1º de Maio.

Emenda popular terá defesa tardia

Os signatários de emendas populares que esperavam influir no projeto da nova Constituição não devem ficar muito otimistas. Só amanhã, os representantes das entidades civis autoras das propostas começam a defendê-las em plenário, exatamente no dia em que o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) apresenta o primeiro projeto de Constituição. "Isso tudo é uma farsa. O povo vai defender as emendas aqui inutilmente. Imagine se vão alterar o projeto para acatar alguma emenda", criticou o deputado José Genoíno (PT-SP).

Prevista para começar hoje, a defesa das emendas populares teve que ser adiada porque Ailton Kremak e Júlio Marcos

— que fariam em nome das nações indígenas — não poderiam estar em Brasília na data marcada. A partir de amanhã, a Comissão de Sistematização vai reunir-se no plenário da Câmara dos Deputados às 19h, para ouvir os representantes das entidades. Eles terão direito a ocupar a tribuna durante 20 minutos, para justificar as propostas.

Pouca chance — Pela primeira vez, o Congresso cede tribuna a cidadãos sem mandato. Mas os defensores das emendas populares falarão respaldados pelo apoio de eleitores, que em alguns casos, como o da proposta dos direitos das crianças, chegaram a 1 milhão 200 mil assinaturas.

Apesar da mobilização promovida

pelas entidades, há pouca possibilidade de que o projeto a ser apresentado amanhã por Bernardo Cabral sofra alterações, a não ser em temas polêmicos, como reforma agrária e anistia aos militares punidos após o golpe de 1964. "Minha preocupação é que o povo venha até aqui para uma simples *mise-en-scène*. Acho perigoso enganar-se assim o povo", disse o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE).

A Comissão de Sistematização fará dez sessões para ouvir os representantes populares. A série será aberta amanhã com o tema "Direitos da Mulher e da Família", defendido pelo deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP), pelas sociólogas Lúcia Pacifico e Moema Viezzi e pelo bispo Benedito Ulhoa.